



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI

Estado do Rio Grande do Sul

R: Bento Gonçalves, 335 – Bairro: Centro – CEP: 97650-00
Fone (55) 3432-1100-Fax-(55) 3433 2323 – licita@itaqui.rs.gov.br

Procuradoria do Município – Ramais 245,246 e 247

Processo Administrativo: 4.225/2023

Interessado: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Parecer Jurídico: 580/2023

Sr. Prefeito,

Cuida-se de processo administrativo instruído pela Secretaria Municipal da Educação que requereu a abertura de regular procedimento licitatório para aquisição de equipamentos diversos.

Após análise da solicitação e documentos que a instruíram, esta assessoria jurídica opinou pela viabilidade legal realização de certame licitatório para a aquisição dos itens (fls. 70-72). O parecer jurídico foi acolhido na íntegra pelo Chefe do Poder Executivo, vide despacho da fl. 73.

Foi publicado edital de pregão eletrônico n. 102/2023.

Finalizado o certame, aportou aos autos consulta do Setor de Licitações, emitida pela pregoeira, acerca de que procedimento adotar em relação ao item 10, uma vez que foram licitadas, por equívoco, 02 unidades, quando no Termo de Referência constou apenas uma unidade (fl. 245). Prestado esclarecimento de que não haveria óbice para a aquisição de apenas uma unidade, desde que houvesse anuência da contratada (fl. 250), sobreveio a informação de que foram adjudicadas e homologadas as duas unidades, não podendo ser alterada a quantidade no Portal de Compras Públicas (fl. 252).

Diante disso, vieram os autos, novamente, com vista a esta Procuradoria.

É o breve relatório.

Inicialmente, cumpre destacar que a presente manifestação da assessoria jurídica é de cunho estritamente jurídico, exarada com base unicamente nas informações e documentos apresentados nos autos, não tendo o condão de chancelar decisões de cunho técnico ou administrativo, ou de efetuar juízo de conveniência e oportunidade.

Com efeito, em tendo havido cotação e, posterior adjudicação e homologação, de quantitativo diverso do efetivamente necessário para atender as demandas da Secretaria e, não sendo possível alterar essas quantidades no Portal de Compras Públicas, é necessária a revogação do item. Isso porque, embora sua adjudicação tenha advindo de um procedimento legítimo este, todavia, deixou de ser útil e oportuno.

A respeito, pertinente colacionar o conteúdo do verbete 473 do STF, assim redigido:

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI

Estado do Rio Grande do Sul

R: Bento Gonçalves, 335 – Bairro: Centro – CEP: 97650-00
Fone (55) 3432-1100-Fax-(55) 3433 2323 – licita@itaqui.rs.gov.br

Procuradoria do Município – Ramais 245,246 e 247

conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Nesse contexto, a Lei nº 8.666/1993 trata da revogação do procedimento licitatório de forma clara, conforme o artigo 49, que assim preceitua:

Art.49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

Da mesma forma, o art. 50 do Decreto 10.024/2019, que disciplina, dentre outros procedimentos, a dispensa eletrônica, dispõe o seguinte:

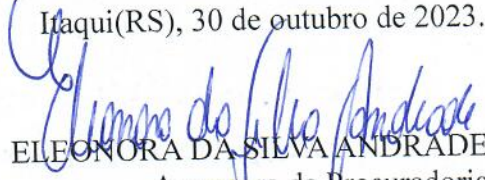
Art. 50. A autoridade competente para homologar o procedimento licitatório de que trata este Decreto poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

Ademais, o Supremo Tribunal Federal há muito tempo consolidou sua jurisprudência no sentido de que a Administração Pública tem o poder de rever seus próprios atos quando os mesmos se revestem de nulidades ou quando se tornam inconvenientes e desinteressantes para o interesse público (Súmula nº 346, STF).

Desse modo, com fulcro nos artigos 49 da Lei 8.666/93 e 50 do Decreto 10.024/2019, OPINA-SE pela revogação do item 10 do Pregão Eletrônico n. 102/2023

Ante o exposto é o parecer, salvo melhor juízo, respeitadas as opiniões em sentido contrário, ficando a decisão final quanto a viabilidade e deferimento, à oportunidade e conveniência do Poder Executivo, neste ato representado pelo Sr. Prefeito.

Itaqui(RS), 30 de outubro de 2023.


ELEONORA DA SILVA ANDRADE
Assessora da Procuradoria
OAB/RS 107.496



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI

Rua Bento Gonçalves, 335

ITAQUI - RS

5534321100 - CNPJ : 88.120.662/0001-46

itaqui@itaqui.rs.gov.br

www.itaqui.rs.gov.br

PROCESSO Nº 4225/2023
IMPRESSÃO DE DESPACHO
Data: 30/10/2023
Hora: 11:49
Usuário: GIAN DE SOUZA FERNER
Público: Sim



Processo : 4225/2023

Data : 20/04/2023

Tipo : APRESENTA SOLICITAÇÃO -

Titular do Processo : SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCACAO

Hora : 10:06

Atendente : VERA SUSSANA ESPINDOLA VARGAS

Requerente : SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCACAO

Despacho : Neste expediente administrativo a Secretaria Municipal de Educação, solicitou a abertura de procedimento licitatório para aquisição de equipamentos diversos, conforme constante nas folhas 02 e 03. Foi deferido o pedido, conforme despacho na folha nº 73. Diante disto, o Setor de Licitação solicitou a maneira de proceder em relação ao item 10, uma vez que foram licitadas, por equívoco, 02 unidades, quando no Termo de Referência constou apenas uma unidade (fl. 245). Prestado esclarecimento de que não haveria óbice para a aquisição de apenas uma unidade, desde que houvesse anuência da contratada (fl. 250), sobreveio a informação de que foram adjudicadas e homologadas as duas unidades, não podendo ser alterada a quantidade no Portal de Compras Públicas (fl. 252). Na análise dos autos, considerando o Parecer Nº 580/2023, da Assessoria da Procuradoria-Geral do Município, nas folhas 253 a 254, ACOLHO o parecer desta Assessoria e DECIDO pelo DEFERIMENTO do pedido. Com fulcro nos artigos 49, da Lei nº 8.666/1993 e 50 do Decreto nº 10.024/2019, DETERMINO a revogação do item 10 do Pregão Eletrônico nº 102/2023. Ao Setor de Licitações, para as demais providências que o caso requer, observando-se em tudo, as disposições legais vigentes e o parecer Jurídico citado.

Em 30 de outubro de 2023 – 2ª feira.

LEONARDO BETIN
Prefeito

CAMPOS ADICIONAIS